



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

6ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível: nº. 114110-2 - Recife

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Apelado: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO E OUTRO

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE COLETIVO. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. LEI Nº 7.347/85. ART. 127 E 129, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DROGARIA. DRUGSTORE. RECEBIMENTO DE CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA. POSSIBILIDADE. LEI 5.991/73. INEXISTÊNCIA DE DANO À SAÚDE DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA.

- 5488
1. O Ministério Público é parte legítima para propositura de ação em proteção aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;
 2. Possibilidade de aplicação do disposto no Art. 515, §3º, do Código de Processo Civil, diante da questão discutida ser exclusivamente de direito.
 3. Apelada PAGUE MENOS exerce atividade de *drugstore*, portanto, encontra-se possibilitada de receber contas de energia elétrica.
 4. Estabelecimento que tem como atividade fim comercializar medicamentos (drogaria) não viola o disposto no art. 55 da lei 5.991/73 ao fornecer serviços de recebimento de contas, pois não manipula fórmulas de medicamentos suscetível de contaminação, bem como os medicamentos comercializados encontram-se todos lacrados.
 5. Recurso provido para declarar a legitimidade do Ministério Público.
 6. Pedido de nulidade de contrato e obrigação de não fazer julgados improcedentes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 114110-2 e em que figura como apelante o Ministério Público de Pernambuco e como apelados Companhia Energética de Pernambuco e Empreendimentos Pague Menos S/A, por unanimidade **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de apelação, reformando a sentença apenas para reconhecer a legitimidade ativa do Ministério Público para

225

propositura da ação e aplicando o disposto no art. 515, §3º do CPC analisar o mérito da demanda e julgar **IMPROCEDENTE** os pedidos do Ministério Público na inicial, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 14.01.10



DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
6ª CÂMARA CÍVEL

0374
6500
226

Apelação Cível: nº. 114110-2 – Recife

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Apeladas: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A E COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

RELATÓRIO

Cuido de recurso apelatório (fls. 236/253) interposto pelo Ministério Público de Pernambuco contra sentença prolatada pelo Juízo da 33ª Vara Cível da Comarca do Recife (fls. 224/232), nos autos da Ação Ordinária de Cobrança, processo originário nº 001.2003.093547-5, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito com fundamento no Art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Adoto o relatório lançado na sentença de fls. 224/232.

E, acrescento:

Sentença (fls. 224/232): extinguiu o processo sem análise de mérito com fulcro no Arts. 267, VI, do CPC, por entender: *É importante salientar que a lide apresentada em juízo pelo Ministério Público pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, trata de direito disponível, decorrente de negócio jurídico privado, não cabendo ao Estado em tal circunstância intervir, sob pena de infringir o princípio da livre concorrência, previsto no art. 170, IV, da Carta Magna, um dos princípios gerais da atividade econômica.*

Apelação (fls. 236/253): Defende, em síntese, que é parte legítima pois, lhe incube a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais coletivos, e ainda ser legitimado a promover ação civil pública para proteção de interesses difusos e coletivos. Retomando também os argumentos da exordial de nulidade do contrato entre a Companhia Energética de Pernambuco - Celpe e a Empreendimentos Pague Menos S/A, e da interpretação sistemática do Art. 55 da lei nº 5.991/73.

Contrarrazões (fls. 272/275): Pela CELPE pedindo a confirmação da sentença recorrida.

Contrarrazões (fls. 281/305): Pela Pague Menos pedindo a confirmação da sentença recorrida.

227 0375
Essee

Parecer (fls. 316/335): Ofertado pela procuradoria de justiça defendendo o total provimento do apelo interposto pelo Ministério Público.

A discussão gira em torno de se o direito discutido na ação é individual homogêneo, coletivo ou difuso e a consequente legitimidade do Ministério Público para propor a referida ação. No mérito se o contrato celebrado entre as apeladas para o recebimento de contas de energia elétrica nas instalações da PAGUE MENOS viola o art. 55 da Lei 5.991/73 e pode ocasionar danos à saúde do consumidor.

É o Relatório.

À revisão.

Recife,

27/04/09
JE EJS Caut

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

0393
ESL
228

Apelação Cível: nº. 114110-2 - Recife

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Apeladas: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A E COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO DA ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público de Pernambuco alega que a sentença recorrida deve ser reformada, pois é o legitimado para promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, fazendo parte de suas funções a propositura de ação civil pública para proteção de interesses difusos e coletivos.

Na sentença, o juiz declarou a ilegitimidade ativa do *Parquet*, em virtude de entender versar a lide sobre direito individual disponível, haja vista o pleito ministerial de nulidade contratual, cumulada com obrigação de não fazer.

Ora, a discussão central gira em torno de saber se o direito discutido é ou não difuso, coletivo, ou individual homogêneo, posto que não resta dúvida sobre a legitimidade do Ministério Público para defesa destes direitos, conforme se vê na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PATRIMÔNIO PÚBLICO - INTERESSE COLETIVO - LOTEAMENTO - REGULARIZAÇÃO - INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO - LEI 6.766/79, ARTS. 38 E 40 - LEI Nº 7.347/85, ART. 21 - C.F., ART. 129, III E IX - PRECEDENTES STF E STJ.

- É dever constitucional do Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, dos interesses difusos e coletivos e de outras funções compatíveis com a sua natureza (art. 129, III e IX C.F.).

- O Ministério Público é parte legítima para a defesa dos interesses dos compradores de imóveis loteados, em razão de projetos de parcelamento de solo urbano, face a inadimplência do parcelador na execução de obras de infra-estrutura ou na formalização e regularização dos loteamentos.

- **A iterativa jurisprudência do Pretório Excelso acompanhada por incontáveis julgados desta Eg. Corte, vem reconhecendo a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.**

- Recurso conhecido e provido.

394
229 7

(REsp 108.249/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2000, DJ 22/05/2000 p. 92)- grifei -

Pois bem, o conceito legal de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos se encontra no Art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, vejamos:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Para uma melhor definição, cumpre analisar o que vem a ser a natureza divisível ou indivisível do direito. Nesse particular, atente-se para a lição de Ricardo Ribeiro Campos¹:

"devemos nos indagar se a transgressão ao interesse em exame pode ser direcionada exclusivamente a um sujeito determinado ou se é possível a qualquer um dos integrantes do grupo de pessoas invocar, isoladamente, uma prestação jurisdicional que lhe assegure o bem jurídico para si."

Assim, se a pretensão for invocada individualmente por cada membro do grupo trata-se de direito divisível, em contrário, será indivisível.

Para um melhor entendimento do que vem a ser interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, e para sua diferenciação na prática casuística, convém ressaltar o exemplo de José Marcelo Menezes Vigliar²:

"Pensemos na comercialização de derivados de leite de determinado fornecedor que afirme ter realizado a adição de substância eficaz para que os níveis de colesterol do consumidor baixem.

¹ CAMPOS, Ricardo Ribeiro. Legitimidade do Ministério Público para defesa de interesses individuais homogêneos. Revista de Direito Constitucional e Internacional n°. 50, p. 189.

² VIGLIAR, José Marcelo Menezes. Ações Coletivas. Salvador. JusPodivm. 2007. p. 54/55.

395
230 27

Imaginemos que tais derivados foram colocados à venda e que várias pessoas, em todo o Brasil, tenham adquirido o produto, veiculado por propaganda.

Passado o período determinado pelo fornecedor, como sendo o período mínimo e necessário, imaginemos que alguns consumidores tenham realizado a medição da taxa de colesterol e esta não tenha se alterado.

Obviamente - e isso deverá ser comprovado em juízo - os prejudicados (prejuízo revelado pela ineficácia do produto, considerando-se o investimento feito na aquisição do mesmo) poderão postular, com seus próprios advogados, mediante a comprovação do interesse de agir e demonstrando a qualidade de legitimados, determinada tutela jurisdicional, deduzindo pedidos certos. O julgador, obviamente (lembrar da previsão do Art. 472 do Código de Processo Civil) afetará apenas aqueles que participaram do contraditório. A coisa julgada material poderá ocorrer, tenham ou não os interessados realizado a prova da situação favorável que reclamam.

Pensemos na causa de pedir que cada interessado apresentaria em juízo: "*Postulo o ressarcimento dos prejuízos que suporrei, porque o produto não realiza o benefício que promete aos seus consumidores*". O trabalho dos peritos (uma perícia para cada uma das demandas) será o de comprovar se: a) há a substância prometida no derivado consumido; b) se houver, se a quantidade é suficiente para o benefício postulado.

Pensemos, agora, numa outra situação: um dos legitimados para *ação civil pública* ajuíza uma demanda e postula, em nome de todos os prejudicados, a indenização de seus prejuízos. Deduz um pedido genérico, sem a necessidade de informar exatamente quantos foram os consumidores. Como causa de pedir, obrigatoriamente, narrará (sic) a mesma situação fática que um dos lesados narraria: a indenização seria devida, diante do prejuízo decorrente da aquisição de produto que não se mostra eficaz para realizar o quanto promete.

Uma outra situação ainda pode ser imaginada: um dos legitimados para a *ação civil pública*, diante da ineficiência do produto, poderia postular uma tutela destinada a determinar a obrigação de recolher o produto do mercado, para que ninguém mais viesse a ser lesado. O pedido se resumiria ao da determinação de uma obrigação de fazer, consistente na apreensão de todos os produtos disponíveis no mercado, ao encargo do fornecedor. A causa de pedir, obviamente, seria a mesma: o produto deve ser recolhido pois pode gerar prejuízos aos consumidores.

No primeiro caso, teríamos a defesa de interesses individuais, pela sistemática do Código de Processo Civil.

No segundo, teríamos a defesa de *interesses individuais homogêneos*.

No terceiro, a defesa de *interesse difuso*."

No caso sob análise, a pretensão é invocada em âmbito coletivo e indivisível, reforçando-se a ideia de legitimidade do Ministério Público. Pois, traz à baila a pretensão de impor uma obrigação de não fazer a Empreendimentos Pague Menos S/A com o fim último de beneficiar o consumidor em sua saúde e segurança.

Configurando, dessa forma, a hipótese legal do Art. 81, II, do Código de Defesa do Consumidor, isto é, direito coletivo, posto que afeta,

396

231

B

potencialmente, a todos os componentes de um mesmo grupo de pessoas, ligadas entre si por uma característica comum, a de serem consumidores dos produtos comercializados pela PAGUE MENOS.

Portanto, legítimo o Ministério Público para propor a presente ação, dado o suposto prejuízo que pode ser causado a saúde de um sem número de consumidores, motivo pelo qual deve ser dado provimento ao apelo neste particular.

Não é por outro motivo que o legislador constituinte nos termos do disposto no art. 129 atribuiu ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO** ao apelo para declarar a legitimidade ativa do Apelante para propor a ação de nulidade contratual contra os apelados.

Nas razões recursais me deparo com pedido de aplicação do disposto no art. 513, §3º do CPC. Verifico que o caso em tela comporta a incidência do aludido dispositivo, encontrando-se o feito maduro para julgamento do mérito. Portanto, passo a apreciá-lo.

É como voto.

Recife,



DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

397
232

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho V. Exa. integralmente como Revisor porque entendo que o Ministério Público tem legitimidade sim para intervir em defesa de interesses coletivos e difusos em prol da sociedade.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Acompanho a Turma.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, ACOLHEU-SE A PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE ATIVA DO M. PÚBLICO, NOS TERMOS DOS VOTOS DA TURMA, SENDO ESSA PRELIMINAR A PRIMEIRA VERTENTE DA DISCUSSÃO DE MÉRITO".

JAC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível: nº. 114110-2 – Recife

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Apeladas: EMPREENDIMENTO PAGUE MENOS S/A E COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO -CELPE

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**VOTO DE MÉRITO – APLICAÇÃO DO ART. 515, §3º DO CPC - DA
NULIDADE CONTRATUAL.**

O órgão ministerial pugna pela procedência dos pedidos formulados na petição inicial por entender que o contrato de prestação de serviços celebrados entre os ora apelados viola o disposto no art. 55 da Lei 5.991/73 bem como o art. 8º e 39, inc. VIII da Lei 8.078/90.

Isso porque, a primeira apelada EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS celebrou com a segunda apelada CELPE contrato de prestação de serviços para recebimento de contas de luz dos usuários desta última.

Segundo o entendimento do Apelante, a lei 5.991/73 que regulamenta as atividades de drogarias e farmácias, em seu art. 55 expressamente veda a utilização de qualquer dependência do estabelecimento para outro fim diverso, nos seguintes termos:

Art. 55 - É vedado utilizar qualquer dependência da farmácia ou da drogaria como consultório, ou outro fim diverso do licenciamento.

Aduz ainda que a partir do momento em que a Apelada PAGUE MENOS comercializa medicamentos e presta serviços de recebimentos de conta de luz, estaria pondo em risco a saúde e segurança dos consumidores.

Por tais razões entende que o contrato celebrado entre os litigantes é nulo de pleno direito, nos termos do art. 166 do vigente código civil e vem ao ju/dicário requerer a declaração da nulidade do contrato bem como que obrigação de não fazer compelindo a Apelada PAGUE MENOS a não mais receber contas da apelada CELPE.

Importante para a solução da controvérsia transcrever três conceitos inerentes a esse ramo de atividade, contidos na própria lei 5.991/73, no art. 4º, incs. X, XI e XX, **verbis:**

399

234

X - Farmácia - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

XI - Drogaria - estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

XX - Loja de conveniência e "drugstore" - estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive nos domingos e feriados; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995)

Importante neste momento fixar as atividades da Apelada. Nos autos ficou estabelecido que seu ramo de atuação além do comércio e drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (drogaria) também comercializa produtos de primeira necessidade, higiene e limpeza e alguns alimentos (drugstore).

O próprio órgão ministerial imputa à Apelada a qualificação jurídica de *drugstore*.

Ora, a vedação prevista no art. 55 da Lei 5.991/73 aplica-se as empresas que desenvolvem atividades exclusivas de drogaria ou farmácia, o que não é o caso da Apelada PAGUE MENOS, portanto desde logo afasta-se a tese defendida pelo órgão ministerial.

Como *drugstore* a Apelada PAGUE MENOS encontra-se licenciada para a prática das atividades previstas no inc. XX do art. 4º da lei 5.991/73, incluindo a prestação de serviços de recebimento de conta.

No contrato social da Apelada PAGUE MENOS às fls. 140/147 em seu art. 3º que trata do seu objeto social encontra-se entre outras atividades "recebimento de contas de água, luz e telefone".

Mas o cerne da questão, que justifica a análise do mérito da presente lide, diz respeito ao interesse maior a ser tutelado, qual seja, a saúde do consumidor.

Com efeito, a única razão que motivou o MEU convencimento de analisar o mérito da presente demanda são os argumentos contidos na peça atrial no sentido de que a atividade desenvolvida pela apelada PAGUE MENOS poderia, ao menos em tese, ocasionar danos à saúde do

7

400
235
53

consumidor. Se não existisse tal alegação, estar-se-ia diante da flagrante intervenção do órgão ministerial em relações exclusivamente privadas, o que retiraria a sua legitimidade para ajuizar a demanda em julgamento.

Pois bem, feita tal ressalva, retorno ao ponto nodal. O recebimento de contas de luz na dependência da PAGUE MENOS poderia ocasionar danos à saúde do consumidor?

A resposta obviamente é negativa. Tão negativa que sequer o órgão ministerial apontou na peça inicial que danos poderiam ser esses e não requereu a produção de qualquer prova para justificar as suas alegações.

É importante entender o alcance da norma em análise.

O art. 55 veda a comercialização de outros produtos senão os licenciados nas "dependências" do estabelecimento.

E o significado da palavra dependência deve ser compreendido no alcance do legislador.

Isso porque, visualiza-se na ementa da lei em análise que o foco do legislador foi tratar do "Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências". Ora, o foco da lei é disciplinar o controle sanitário nas atividades farmacêuticas e não versar normas de comercialização.

Significa dizer que ao imputar tal vedação, a vontade do legislador foi evitar o manuseio de drogas que devem manter uma condição de higiene diferenciada, com outros produtos, o que não significar dizer que possam coexistir desde que delimitado, individualizado os locais de comercialização dos produtos, mesmo dentro do mesmo estabelecimento comercial.

Na realidade o alcance do legislador foi o de não misturar com outros os produtos comercializados relativos a atividade fim das farmácias e drogarias e não vedar a comercialização de outros produtos por completo.

No caso em análise, a Apelada PAGUE MENOS não manipula fórmulas ou medicamentos, ou seja, sua atividade não é de farmácia mas sim de drogaria.

A comercialização que é feita em seu interior diz respeito a venda de medicamentos lacrados, embalados sem qualquer exposição que possa contaminá-los.

Demais disso, é fato público e notório para qualquer freqüentador das suas instalações que existe uma separação de caixas, um destinado ao recebimento das contas (serviços) e outro destinado ao recebimento dos

401
236

valores pagos pelos consumidores dos medicamentos. Até este cuidado a Apelada teve.

Como seria a contaminação? Nos caixas? Mas a atividade dos caixas é a mesma, receber dinheiro. Se o caixa da farmácia ou drogaria só recebesse o dinheiro da venda dos medicamentos, se existisse risco de contaminação dos medicamentos, não seria o mesmo? Ou só o dinheiro do recebimento das contas de luz podem contaminar os medicamentos?

A resposta para todas as indagações é óbvia. Não há o menor risco à saúde e/ou a segurança dos consumidores na atividade de recebimento de contas de energia elétrica por uma drogaria *drugstore*.

Assim, não há como visualizar risco a saúde do consumidor nos termos dos artigos 8º e 39, inc. VIII do CDC.

Ao contrário, os autos deixam evidente os ganhos dos consumidores com o contrato celebrado entre as Apeladas diante do aumento considerável de locais destinados ao recebimento do pagamento das contas de energia elétrica antes abarcados apenas pelas lotéricas.

Não há qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pelas Apeladas que justifique o pedido de nulidade do contrato entre elas celebrados.

Não se opera qualquer das situações previstas no art. 166 do CC/02 que justifique a declaração de nulidade do negócio jurídico celebrado entre as apeladas.

Importante ainda ressaltar que as normas devem ser interpretadas de modo sistemático com os princípios da Constituição Federal, entre eles o da livre iniciativa previsto no em seu art. 1º, inc. VI.

Na realidade entendo que o serviço prestado pela primeira Apelada traz um bem social, evitando ao consumidor aborrecimentos ao enfrentar as filas quilométricas de bancos e lotéricas.

Neste sentido já decidiu a jurisprudência pátria:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. AUTUAÇÃO DE FARMÁCIA PELO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE LESÃO À SOCIEDADE OU AO ERÁRIO. PERMISSÃO DE COMERCIALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NÃO CORRELATOS ÀQUELES. AUTORIZAÇÃO PARA O RECEBIMENTO DE CONTAS DE ÁGUA, LUZ, TELEFONE, DENTRE OUTRAS. MANUTENÇÃO DA LIMINAR DEFERIDA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES À CONCESSÃO. **I - A comercialização de medicamentos juntamente com produtos àqueles não correlatos, bem como o recebimento de contas de água, luz, telefone e demais serviços, não importam em qualquer lesão ao erário**

402
23x

ou à sociedade, porquanto não trazem consequências danosas à saúde dos consumidores. II - A ausência de previsão legal para a comercialização dos produtos em questão nas dependências das drogarias não obsta a sua efetivação, porquanto se trata de uma necessidade da sociedade atual. III - Agravo conhecido e improvido. Acordam os Desembargadores que compõem a 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma, à unanimidade, em dissonância com o parecer ministerial, conhecer do Agravo, negando-lhe provimento, mantendo a decisão atacada, nos termos do voto do Desembargador Relator. (TJRN, Agravo de Instrumento 2002.002121-6, Rel. Des. Rafael Godeiro, dec. Publicada em 17.03.2004)

MANDADO DE SEGURANÇA - FARMÁCIA E DROGARIA - LOJA DE CONVENIÊNCIA E "DRUGSTORE" - PRODUTOS CORRELATOS - COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS NÃO FARMACEUTICOS - POSSIBILIDADE - LEI Nº 5.991/73. 1. Obedecidas as normas legais aplicáveis à espécie, estão as farmácias e drogarias autorizadas a explorarem atividades de loja de conveniência e "drugstore". 2. Apelo provido. (TJMG, Apelação Cível n. 1.0512.07.041013-3/003(1), 2ª Câmara, Rel. Des. Nilson Reis, dec. una., publicada em 26/11/2008)

EMENTA: Reexame necessário. Apelação. Mandado de Segurança. Farmácia. Loja de conveniência e 'drugstore'. Comercialização de produtos não farmacêuticos. Possibilidade. Lei nº 5.991/73. A exploração da atividade de loja de conveniência e 'drugstore' por farmácias e drogarias é possível, uma vez obedecidas as normas legais aplicáveis à espécie. Sentença confirmada, prejudicado o recurso interposto" (TJMG - Apelação Cível / Reexame Necessário nº 1.0707.05.105885-7/001 - Relator Desembargador Jarbas Ladeira - DJ 02.02.2007).

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA - CONSTITUCIONAL - VEDAÇÃO DE ATIVIDADE COMERCIAL - PONTOS DE PAGAMENTOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS - IMPOSSIBILIDADE - FUNDAMENTO DA LIVRE INICIATIVA E PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - IMPROVIMENTO DO APELO - DECISÃO UNÂNIME.

(APELAÇÃO CÍVEL Nº 2160/2007, 12ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA, Julgado em 26/06/2008) (grifos acrescidos)

Por tais razões, coadunadas com a jurisprudência pátria acima transcrita, não prosperam os pedidos de nulidade contratual e obrigação de não fazer formulados pelo Apelante.

Não visualizo no caso em tela qualquer má-fé processual do órgão ministerial. Apenas utilizou sua prerrogativa constitucional para defender direito que entendeu violado. Improcedência não significa litigância de má-fé. Embora inexistente o direito material a ser tutelado o órgão ministerial encontrou fundamento jurídico suficiente para defender sua pretensão.

2300
403
27



404
239
27

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto é no mesmo sentido e peço vênica para incorporar a fundamentação.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Acompanho a Turma.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, ACOLHEU-SE A PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE ATIVA DO M. PÚBLICO, NOS TERMOS DOS VOTOS DA TURMA, SENDO ESSA PRELIMINAR A PRIMEIRA VERTENTE DA DISCUSSÃO DE MÉRITO. MÉRITO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO PARA SE RECONHECER À LEGITIMIDADE ATIVA DO M.PÚBLICO, APLICANDO-SE O DISPOSTO NO ART. 515, § 3º DO CPC, E JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO PROMOVIDA PELO M.PÚBLICO, FICANDO A PARTE VENCIDA ISENTA DAS CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NOS TERMOS DOS VOTOS DA TURMA".

JK